

GLOBALIZAÇÃO E OS SEUS DESAFIOS

GLOBALIZATION AND ITS CHALLENGES

Falckner Ferreira Pantoja¹

Resumo: Globalização é o nome dado ao fenômeno de integração do espaço mundial mediante os avanços técnicos nos setores da comunicação e dos transportes. Esse processo se intensificou com o advento da Terceira Revolução Industrial, em que se observou um aumento nos fluxos internacionais de capitais, mercadorias, pessoas e informações. Esse processo é marcado pela proliferação das empresas transnacionais e pela consolidação do capitalismo financeiro, promovendo profundas transformações no sistema econômico internacional e na organização do trabalho. Na sua atual fase, foram criadas novas redes geográficas, e houve uma expansão sem precedentes das escalas de propagação de informações e também do consumo. Apesar disso, a globalização não se expandiu de maneira homogênea pelos territórios, colocando uma parte da população mundial à margem desse processo. O presente trabalho trata-se de revisão de literatura.

Palavras Chaves: Globalização. Desafios. Trabalho.

Abstract: Globalization is the name given to the phenomenon of integration of the world space through technical advances in the communication and transport sectors. This process intensified with the advent of the Third Industrial Revolution, which saw an increase in international flows of capital, goods, people and information. This process is marked by the proliferation of transnational companies and the consolidation of financial capitalism, promoting profound changes in the international

¹ Especialista em Geografia pela FAVENI

economic system and in the organization of work. In its current phase, new geographic networks were created, and there was an unprecedented expansion of the scales of information propagation and also of consumption. Despite this, globalization has not spread homogeneously across territories, placing part of the world's population on the margins of this process. This work is a literature review.

Keywords: Globalization. Challenges. Work.

INTRODUÇÃO

A globalização impõe desafios para estruturas sociais e produtivas em diferentes escalas espaciais, e que, apesar dos acenos de novas possibilidades, os processos nela enfeixados chamam a atenção para o problema das desigualdades de desenvolvimento, interpelando os formuladores de políticas.

Segundo o Aurélio, entende-se globalização como “o processo de integração entre as economias e sociedades dos vários países, especialmente no que se refere à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros e a difusão de informações (FERREIRA,2002).

A construção hegemônica do neoliberalismo se impõe através de reformas em vários planos, sejam educacionais, sociais, econômicos, políticos etc., trazendo como consequência, as mudanças no tamanho e nas atribuições do Estado, a desregulamentação das economias nacionais, a reestruturação do mercado de trabalho, as novas formas de organização, a flexibilização, o crescimento de empregos precários, o desemprego cíclico e estrutural e a exclusão de contingentes de trabalhadores do mercado formal (FARIA JR,1997).

A forte segmentação da força de trabalho (incluídos X excluídos do mercado formal, qualificados X não-qualificados, trabalhadores de empresas modernas X trabalhadores de empresas, terceirizados), trouxe a desmobilização de movimentos reivindicatórios e a dificuldade na organização e



sindicalização dos trabalhadores. Assim a globalização interfere no mundo do trabalho e da questão social (DELUIZ, 2011).

A globalização é um processo universal, inexorável, irreversível e consumado na sua forma atual, cabendo aos países do capitalismo periférico se adaptar a esta realidade. Na essência, prega um mundo sem fronteiras que impeça o livre comércio e as relações afins entre os países, promovendo um mercado livre que regulará as relações sociais de produção (PINHEIRO,1997).

Segundo Deluiz (2011), a divisão técnica do trabalho se tornou menos evidenciada com a integração do trabalho direto e indireto e a integração entre produção e controle de qualidade, onde o trabalho em equipe passou a substituir o trabalho individualizado e as tarefas do posto de trabalho foram substituídas pelas funções polivalentes, em “ilhas de produção” ou grupos semiautônomos.

DESENVOLVIMENTO

Globalização é o nome dado ao fenômeno de integração do espaço mundial mediante os avanços técnicos nos setores da comunicação e dos transportes. Esse processo se intensificou com o advento da Terceira Revolução Industrial, em que se observou um aumento nos fluxos internacionais de capitais, mercadorias, pessoas e informações.

Para iniciá-lo, lembramos que, em face da crise enfrentada pelo modo de produção capitalista, no final do século XX, a política neoliberal desponta de forma a defender leis estritamente mercadológicas, acenando com o fim do Estado de Bem-Estar-Social, da estabilidade de emprego, com o nascimento do Estado Mínimo, com o corte abrupto das despesas previdenciárias e gastos em geral com as políticas sociais (SILVA, 2002).

Fundamental, mas não unívoca, a tese neoliberal funda-se em algumas posturas de ação, tais como: A retirada do Estado da economia; A ideia do Estado Mínimo; A restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; A volta das leis de mercado sem

restrições; O aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; A diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais (FRIGOTTO, 2000).

Nesse contexto, o Estado assume um papel abstencionista, a burguesia monopolista é favorecida, o Estado reduzido cede espaço para as empresas multinacionais e estas passam a exercer um controle sem paralelo sobre os recursos globais, a mão-de-obra e os mercados (RIFKIN, 1995).

Segundo TOLEDO (1997), o neoliberalismo existente não é senão o Estado do grande capital que, por meio da derrota da classe operária, impôs rupturas ou limitações aos pactos corporativos do pós-guerra, implantou uma nova disciplina fabril e uma austeridade salarial, também nos gastos sociais, descontando sobre os trabalhadores os custos das crises.

A política neoliberal adotada pelo sistema capitalista apresenta a economia como válvula mestra da vida humana, estabelecendo valores e necessidades independentemente do caráter, de modo a determinar a identidade social e, principalmente, pessoal do homem.

Novamente são processadas mudanças na identidade pessoal do novo tipo de trabalhador que se quer constituir. Esse processo “...máscara e fetichista, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida.” (HARVEY, 1992).

O processo de globalização implicou na importação de políticas neoliberais, por vezes não adequadas, mudando a hierarquia das prioridades do Estado em função de sua manutenção econômica. Porém, é válido ressaltar que o processo de globalização se refletiu culturalmente e, paulatinamente fragmentou o pensamento crítico à hegemonia capitalista diante da cultura de consumo do século XXI (DANTAS & PIMENTEL, 2009).

Com a observação de Dupas (1999), pode-se verificar que não há medidas estruturais para prevenir o enfraquecimento das políticas e direitos trabalhistas e, muito pelo contrário, elas são provocadas e aceitas quando em contrapartida há a inserção do Estado ou da empresa no mercado eco-

nômico internacional e globalizado.

Com a observação de Dupas (1999), pode-se verificar que não há medidas estruturais para prevenir o enfraquecimento das políticas e direitos trabalhistas e, muito pelo contrário, elas são provocadas e aceitas quando em contrapartida há a inserção do Estado ou da empresa no mercado econômico internacional e globalizado.

Pela conjuntura convergente destes fatores em um momento histórico, político e economicamente específico, e também pela bagagem de anteriores tentativas de traçar acordos regionais, durante as décadas de 40 a 70, havia no MERCOSUL as condições para a integração sul-americana, como uma tentativa de os Estados buscarem uma saída coletiva à obtenção do desenvolvimento econômico-social (LAFER, 2000).

Dentre estas políticas cabe destacar o expediente comum traçado para a cooperação de serviços, principalmente os da saúde, nas regiões de fronteira; a constituição de um Setor voltado aos estudos da Educação no processo de integração regional; e, também, o constante diálogo institucional com as centrais sindicais a fim de garantir os direitos sociais trabalhistas aos profissionais que intercambiavam aos diferentes países da região.

Este último, por sua vez, foi determinante na tomada de espaço democráticos, com o qual as centrais sindicais iniciaram um processo intenso de articulação junto ao MERCOSUL, reciclando e provisionando a atuação política pelas demandas dos trabalhadores neste novo âmbito. Visava que a integração regional fosse determinada pelos valores compartilhados de fomento ao desenvolvimento local, humano e social (SOARES FILHO, 2009).

Com a recém reinserção dos Estados aos governos democráticos e, também, com os níveis de pobreza e desigualdade social acentuados, o MERCOSUL dispunha dos riscos da chamada “periferia capitalista”. Portanto, as propostas de integração legal-trabalhista entravam em voga para evitar que o Direito do Trabalho fosse debilitado para fomento do interesse das empresas multinacionais (RAMOS FILHO, 2012).

Conseqüentemente, pela instabilidade do mercado financeiro, acentuaram-se medidas de restrição e diminuição dos direitos trabalhistas, e essa “matriz ideológica leva à clara inferência de que o Direito do Trabalho seria um fator de desenvolvimento tanto mais eficaz quanto menos protegesse os interesses da classe trabalhadora” (DANTAS & PIMENTEL, 2009).

Nessa linha de raciocínio, o novo desafio passou a ser como aglutinar trabalhadores cada vez mais dispersos e precários em projetos políticos e sindicais comuns, num contexto em que a globalização e a inovação reduzem continuamente a capacidade de manobra de Estados e sindicatos (DUPAS, 1999, p. 225).

Lobo (2010) determina que, desde a década de 90, diante da dificuldade profícua de estabilização econômica, bem como de distribuição de riquezas, o sindicato tem sua pauta complexificada, tendo a dificuldade de dirimi-la e de articula-la.

Para Santos (2000), a globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista e, segundo ele, para entendermos tal fenômeno, devemos levar em consideração dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política. Não no sentido de separá-las, o que não seria possível, uma vez que a história é feita por meio das técnicas que são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso.

Porém, o momento histórico que vivemos atualmente foge a esta regra, pois é, ao mesmo tempo, um período e uma crise: como período, pois suas variantes características se estabelecem em toda parte, influenciando tudo, direta ou indiretamente a chamada globalização; como uma crise, porque as mesmas variantes instituídas do sistema encontram-se constantemente em choque, fazendo exigências de novas configurações. (SANTOS, 2000).

Santos (2000) nos convida a pensar o fenômeno da globalização a partir de três dimensões: a globalização como fábula; a globalização como perversidade e a globalização como possibilidade.

Para Frigotto:

A globalização do capitalismo atual significar (sic), no plano histórico, uma exacerbação dos processos de exploração e alienação e de todas as formas de exclusão e violência, produção de desertos econômicos e humanos, os conceitos de pós-industrial, pós-classista, pós-moderno, sociedade do conhecimento, surgimento do cognitariado, dão a entender que estrutura de exploração capitalista foi superada, sem que se tenha superado as relações capitalistas. (1995, p.81)

A globalização é por vezes entendida como um processo que, de maneira metafórica, suprimiu as barreiras entre os territórios e criou um espaço global unificado, o que significa dizer que os fluxos acontecem agora em uma escala internacional.

CONCLUSÃO

Argumenta-se que a globalização impõe desafios para estruturas sociais e produtivas em diferentes escalas espaciais, e que, apesar dos acenos de novas possibilidades, os processos nela enfiados chamam a atenção para o problema das desigualdades de desenvolvimento, interpelando os formuladores de políticas.

A globalização aumentou as trocas financeiras e também aumentou as trocas humanas, fazendo com que diferentes sociedades compartilhassem suas culturas. Isso permitiu que uma mesma região passasse a desenvolver diferentes práticas culturais e até mesmo crenças diferentes.

Embora o fenômeno da globalização tenha se iniciado há mais tempo, a sua aceleração está diretamente associada ao advento do meio técnico-científico-informacional, que é marcado pela modernização das tecnologias da informação e da comunicação já existentes e surgimento de novas, bem como pela maior relação com a ciência, criando assim condições para, dentre outros fatores, maior difusão do capital e das empresas pelo espaço mundial. Essa é uma das principais características da atual fase da globalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DANTAS, I. M. S.; PIMENTEL, C. H. L. **Impactos da globalização e da ofensiva neoliberal sobre o trabalho e o sindicalismo**. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI. Anais do XXIII Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

DELUIZ, N. **Formação do trabalhador em contexto de mudança tecnológica**. Boletim técnico do SENAC.; v. 20, n. 1, 2011.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FARIA JR., A.G. **Educação física: globalização e profissionalização :uma crítica à perspectiva neoliberal**. Motrivivência, ano IX, n. 10, p. 44-60. Santa Catarina. 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Gaudêncio (org). **Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional**. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Cap. 3, p.77-108.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LAFER, C. O cenário mundial e o relacionamento União Européia/MERCOSUL. **Revista Política Externa**, vol. 9., n. 1. Ed. Paz e Terra, jun/ago. 2000.



LOBO, V. M. **Fronteiras da Cidadania: sindicatos e (des)mercantilização do trabalho no Brasil (1950-2000)**. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Elizete Conceição. **Tempo produtivo: reconstruindo identidades. Londrina, 2002. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, UEL)**.

SOARES FILHO, J. Mercosul: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução. **Revista CEJ (Brasília)**, v. 01, p. 21-38, 2009

TOLEDO, Enrique de La Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PINHEIRO, M.C.M. **Discutindo alguns pontos da Nova-Velha LDB**. Caderno de debates.; v.05, p.63-74, 1997.

RAMOS FILHO, W. **Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil**. São Paulo: LTr, 2012.